



(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

– A exaustão do ativo leva em consideração o prazo estimado de produção de minério;

– As estimativas dos custos são baseadas em estudos efetuados pela Sociedade conjuntamente com empresa especializada em gestão ambiental e estão contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo;

– As estimativas de custos são revistas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados em contrapartida com o resultado.

f) O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL. A Sociedade goza de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. O incentivo fiscal de redução de IRPJ está sendo apropriado diretamente no resultado, reduzindo a despesa com esse tributo. No encerramento do exercício o referido incentivo fiscal é destinado para reserva de incentivos fiscais, conforme no artigo 195-A da Lei 6.404/76. O valor destinado para essa reserva foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto.

h) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência.

i) A Sociedade mantém uma operação de swap convertendo os encargos financeiros pactuados em contrato de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa Libor acrescida de um percentual de juros, por taxas de juros prefixadas. A Sociedade reconhece a contrapartida da avaliação patrimonial a valor de mercado (*fair value*) de sua operação de hedge, líquida dos efeitos tributários na conta de Ajuste de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido.

j) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço.

k) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de estimativas e premissas relacionadas com o registro e a divulgação de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas utilizadas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da provisão para contingências e à provisão de reforestamento e fechamento de minas, dentre outras.

l) Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que serão aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título	Data
16	Estoques	08/05/2009
20	Custo de empréstimos	08/05/2009
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	26/06/2009
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	26/06/2009
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	17/07/2009
27	Ativo Imobilizado	26/06/2009
30	Receitas	07/08/2009
31	Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	17/07/2009
32	Tributos sobre o Lucro	17/07/2009
33	Benefícios a Empregados	04/09/2009
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	19/11/2009
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	19/11/2009
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	19/11/2009
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40	23/12/2009

ICPC	Título	Data
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	04/09/2009
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento	23/12/2009
12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	23/12/2009

A Sociedade avaliou os reflexos das normas acima, e concluiu que, caso tivessem sido adotadas nas demonstrações financeiras de 2009, não teriam impactos relevantes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro, o saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, como se segue:

	2009	2008
Caixa e bancos	42	61
Títulos e valores mobiliários (*)	2.646	18.271
Total	2.688	18.332

(*) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritos a seguir:

Bancos	Rendimentos	2009	2008
Banco do Brasil	CDI	-	1.307
Bradesco	CDI	331	10.937
Santander	CDI	-	2.943
Unibanco	CDI	-	3.084
Westlb	CDI	2.315	-
Total		2.646	18.271

4. ESTOQUES

Em 31 de dezembro, o saldo de estoques era composto como se segue:

	2009	2008
Bauxita:		
Minerada	441	145
Britada	832	440
Lavada	5.125	3.633
Úmida	18.152	15.003
Seca	874	2.267
	25.424	21.488
Materiais de consumo e outros	13.569	18.318
Total	38.993	39.806

6. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro, o ativo imobilizado era composto como se segue:

	Taxas de depreciação/exaustão (%)	2009			2008		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações industriais e gerais	5 e 20	953.014	(555.812)	397.202	942.877	(530.357)	412.520
Prédios e instalações	4	227.611	(166.041)	61.570	223.664	(159.534)	64.130
Máquinas e equipamentos	10	461.330	(331.415)	129.915	447.921	(295.280)	152.641
Ferrovia	4 e 10	117.811	(102.081)	15.730	118.839	(100.372)	18.467
Fechamento de minas	Conforme extração	33.772	(5.494)	28.278	33.772	(3.774)	29.998
Jazidas de minério – bauxita	Conforme extração	91.164	(15.463)	75.701	78.246	(12.377)	65.869
Móveis e utensílios	10 a 20	31.294	(21.728)	9.566	29.860	(20.183)	9.677
Veículos	10 a 20	211.703	(135.638)	76.065	192.150	(123.241)	68.909
		2.127.699	(1.333.672)	794.027	2.067.329	(1.245.118)	822.211
Imobilizações em curso		85.048	-	85.048	69.218	-	69.218
Total do imobilizado		2.212.747	(1.333.672)	879.075	2.136.547	(1.245.118)	891.429

7. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro, o ativo intangível era composto como se segue:

	Taxas de amortização (%)	2009			2008		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20	24.320	(19.783)	4.537	22.388	(17.609)	4.779
Total do intangível		24.320	(19.783)	4.537	22.388	(17.609)	4.779

(CONTINUA)

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS
Em 31 de dezembro, o saldo de depósitos judiciais era composto como se segue:

	2009	2008
Tributos federais sobre operação de redução de capital (*)	321.501	573.622
Outros	254	181
Total	321.755	573.803
Circulante	321.501	-
Não circulante	254	573.803

(*) Redução de capital

A Sociedade foi autuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste Auto de Infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei 11.941/09, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009, a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém-PA, a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo (os recursos são garantidos por depósito judicial).

O valor de R\$321.501 refere-se ao depósito atualizado monetariamente até dezembro de 2009 no montante de R\$604.876, líquido de provisão para contingência de R\$283.375, com base na informação da Receita Federal para liquidação do débito em 2010.

A contrapartida no resultado do exercício de 2009 da referida provisão inclui R\$118.241 de valor principal e R\$165.134 de atualização monetária.

A administração, baseada na opinião de seus assessores legais, espera que o valor líquido do depósito judicial seja levantado ainda no exercício de 2010 e, portanto, reclassificou o saldo para o ativo circulante.